

**O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845-48):
Formas de Representação do Conhecimento
Histórico na Construção de uma Identidade
Nacional.**

Guilherme de Souza Maciel

Resumo: A consolidação do Estado Nacional brasileiro exigiu a construção de uma identidade para o país. Nesse sentido, a elite letrada imperial mais próxima ao poder central criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, por meio das páginas de sua revista, engendrou a idéia de uma nacionalidade brasileira tendo como pano de fundo o discurso histórico. De maneira análoga, mas com perspectivas políticas distintas, o grupo sócio-político ligado à elite de Minas Gerais também procurou forjar uma identidade nacional para o país naquele período, porém através das páginas de um periódico literário intitulado O Recreador Mineiro. A proposta desse trabalho é analisar de que forma esse grupo ligado ao referido periódico apropriou-se de determinados elementos da Ilustração e do Liberalismo europeus no sentido de conferir uma identidade particular para o Brasil e para os brasileiros naquele contexto.

Palavras-chave: Imprensa. Identidade nacional. Liberalismo. Iluminismo. O Recreador Mineiro.

Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845-48): Ways of Representing Historical Knowledge in the Development of a National Identity.

Abstract: *The consolidation of Brazilian National State required the development of the nations' identity. Thus, the most influent literate imperial elite established the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, which diffused the idea of a Brazilian nationality based on historical reasoning. In a similar way, however with distinct political perspective, the most influent socio-political group associated with Minas Gerais' elite also aimed to create a national identity during that time frame, utilizing the periodic entitled O Recreador Mineiro. The objective of this work is to analyze how the group related to the latter publication incorporated elements associated with the European Illustration and Liberalism, in the sense of developing a particular identify for Brazil and the Brazilians during that context.*

Keywords: *Pres. National identity. Liberalis. Illuminism. O Recreador Mineiro*

O momento posterior à Independência do Brasil foi um período conturbado, onde as camadas populares e os grupos

políticos dirigentes das mais variadas tendências fomentaram a busca de efetiva participação política e de meios para o seu exercício.¹ O controle político durante o primeiro reinado ficou a cargo dos conservadores, representado pelo denominado “grupo português”, que apoiou e foi apoiado por D. Pedro I. A massa populacional pobre ficou excluída dos mecanismos de participação política e os representantes do liberalismo fizeram o papel de oposição, lutando contra os abusos de poder do Imperador e de seus correligionários. No entanto, o medo da desagregação territorial e do caos social fez com que os grupos dirigentes desenvolvessem mecanismos de controle sobre a população pobre, excluindo-a do jogo político através da manutenção da ordem econômica e social vigente, baseada na concessão de privilégios aos donos de terras e de escravos.

Os aliados de D. Pedro I, preocupados com a difícil aceitação de seu governo junto ao povo, procuraram construir a idéia de que existia uma nação brasileira propriamente dita, vinculando a imagem do Imperador ao Estado e a Monarquia Constitucional como o único sistema capaz de assegurar a ordem política e social do país. Contudo, as inclinações absolutistas de D. Pedro I e o seu vínculo constante com Portugal suscitaram ainda mais a hostilidade da população,

¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Campinas: UNICAMP, 1997. v.2 Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p.9.

somada a um forte envolvimento político da oposição em relação ao seu governo, tendo como desfecho a sua abdicação, em 1831.

Na medida em que a coesão política se apresentava fragilizada, pode-se dizer que o sentimento de nacionalidade também o era, sobretudo durante as regências. Entre 1831 e 1840 ocorreram desdobramentos políticos que variaram, de uma inicial e significativa ascensão liberal para uma contra-reação conservadora. Em decorrência do intrincado jogo de interesses entre o grupo liberal e o grupo conservador, além dos riscos de desagregação territorial causados pelas chamadas rebeliões regenciais, a maioria de D. Pedro II foi antecipada, num gesto de reafirmação do regime monárquico constitucional como a forma de governo capaz de restabelecer a ordem e assegurar a preservação da unidade nacional.

Com a maioria de D. Pedro II em 1840, a elite política imperial novamente procurou delinear um perfil para a nação brasileira buscando integrar e legitimar a ordem política, social e econômica instaurada² e o Instituto Histórico

² A partir do chamado “Golpe da Maioridade” (1840) seguiu-se uma série de reformas constitucionais, todas de caráter conservador, determinantes para a regulação do jogo político do país por quase todo o Segundo Reinado. Os segmentos da sociedade que conseguiram fazer valer o direito de participar da política foram, majoritariamente, os grandes comerciantes e os latifundiários, os quais arremeteram-se em torno dos partidos Liberal e Conservador, que se tornaram as únicas vias institucionais capazes de defender seus interesses. In: PAIM, Antônio. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998. p.73-74.

e Geográfico Brasileiro foi um elemento de suma importância nesse sentido.³ Seu projeto era trazer à tona o caráter da nação brasileira através de uma concepção de história atrelada aos valores ilustrados, representada nas páginas de sua revista numa perspectiva linear e progressista. Articulado passado, presente e futuro, seu objetivo expresso era esclarecer e orientar aqueles que ocupavam um lugar privilegiado na sociedade através da veiculação de um saber particular sobre a história e a geografia do Brasil.⁴

Para o IHGB a gênese da nação brasileira inseriu-se na corrente da civilização e do progresso, na qual o Brasil foi “concebido” como o desdobramento natural de uma civilização branca e europeia nos trópicos, ou seja, como a continuidade da obra iniciada pelos portugueses.⁵ Essa ênfase sobre o nacionalismo, tomado como um processo sem rupturas com o passado colonial português, está, sem dúvida, associada às relações travadas entre o Estado e os membros do IHGB, muitos deles pertencentes ao partido conservador.⁶

³ Doravante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro será representado pela sigla IHGB.

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos, **Estudos Históricos**. n.1, 1988. p.7.

⁵ *Idem. Ibidem.*

⁶ Analisando a lista dos 27 fundadores do IHGB, têm-se uma amostra do perfil intelectual daquela instituição. Muitos de seus sócios foram educados dentro da tradição jurídica de Coimbra e exerceram funções burocráticas no Estado Imperial Brasileiro, como na magistratura ou no âmbito militar. Parte dos fundadores era nascida em Portugal e sua vinda para o Brasil estaria motivada pelas transformações ocorridas na Europa a partir das invasões napoleônicas na Península Ibérica. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos. In: *Op. cit.* p. 9-10.

É inegável a existência de uma relação estreita entre a produção historiográfica promovida pelo IHGB e governo do Estado brasileiro: uma história fortemente carregada de sentido político e legitimadora do presente.⁷

Também nesse contexto, o grupo liberal mineiro, através das páginas do periódico literário ouropretano *O Recreador Mineiro*, procurou pensar e representar a história procurando conferir um sentido de nacionalidade para o Brasil e para os brasileiros.⁸

Nesse periódico a literatura e a história são anunciadas como elementos específicos de sua abordagem, porém sem perder de vista o viés ideológico de seu grupo sócio-político.

⁷ *Idem. Ibidem.* p.10.

⁸ A circulação de *O Recreador Mineiro* teve seu início no dia 1º de janeiro de 1845, em Ouro Preto, na Rua do Jiló (atual Rua Paraná) número 9, onde se encontrava a *Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza*. Sua circulação era quinzenal e, ao todo, foram publicados 84 números. Continha cerca de 16 páginas em cada edição, no formato *in-quarto* e dimensões 14x20 cm. O conjunto de 12 edições formava um tomo, sendo sete tomos ao todo, com numeração contínua. Era vendido sob assinatura anual ou semestral, custando, respectivamente, 6 e 3 mil réis. O preço dos números avulsos variava entre 400 réis e 1200 réis, quando incluía estampas. Eram publicadas, periodicamente, as listas dos assinantes do *Recreador Mineiro*. A partir da análise dessas listas, pode-se delinear um perfil geral desses assinantes. Trata-se de pessoas de elevado prestígio social, sendo grande parte deles integrantes da elite política e intelectual da província de Minas Gerais, liberais ou advindos de famílias tradicionalmente liberais. Dentre eles estavam presidentes e ex-presidentes de províncias considerados como tais, deputados, senadores, oficiais de alta patente, signatários da lista de Independência, muitos participantes da Revolução Liberal de 1842, incluindo aí alguns de seus principais membros, além de desembargadores, médicos, advogados, padres e vigários. Os trabalhos mais úteis para essa identificação foram: HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2, 1956. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1956. VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

No *Recreador*, as dimensões política e literária não foram tratadas como categorias excludentes, pelo contrário, foram valorizadas e, numa perspectiva liberal e ilustrada, trouxeram à tona o desejo de se estender ao máximo os benefícios da instrução junto ao público, condição considerada pelos redatores como fundamental para que a autonomia intelectual e a liberdade de consciência pudessem ser adquiridas pela população. Contudo, não se pode desconsiderar algumas especificidades relativas às intenções dos redatores em relação a esse público. De acordo com os redatores, o *Recreador* foi criado com o objetivo de estender a todos os grupos da sociedade as luzes do saber através da difusão do conhecimento. A universalidade da cultura, a função pedagógica da literatura e da história como meios divulgadores da ciência e da técnica, a transmissão de idéias direcionadas à construção de uma nacionalidade e de um posicionamento crítico perante a sociedade são valores defendidos pelos redatores e podem ser percebidos em vários artigos publicados naquele periódico.

Procurando atingir seus objetivos, os redatores propuseram diferenciar os textos de acordo com as diferentes categorias de leitores por eles identificados. Na matéria *Contextura de um Periódico Popular*⁹, os leitores foram divididos em três grupos, de acordo com o grau de instrução:

⁹ **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7

1º - A dos que procuram unicamente as luzes da instrução considerada em si só; esta classe é pouco numerosa. 2º - A dos que amam a instrução recreando-se; esta classe é mais numerosa. 3º - A dos que buscam na leitura o tédio, que os domina, e que só se agradam de matérias frívolas, esta classe é com efeito de mórbida compleição e de difícil restabelecimento.¹⁰

Insiste-se na recuperação dessa última categoria de leitores: “Contudo ela não é digna de desamparo; e talvez, que adquirindo o hábito da leitura, possa ganhar o amor dos conhecimentos sólidos, permutando o sólido pelo superficial.”¹¹

Os redatores declaram que é impossível atingir as metas por eles estabelecidas se alguma dessas classes for desconsiderada. A conclusão revela o compromisso de abarcar as três categorias de leitores, pois: “(...) todo periódico consagrado à pública instrução sentirá a perda de seus esforços se, por ventura, abandona a graduada escala de inteligência que percorre somente a linha de um nível privativo.”¹²

Portanto, a efetivação dessa tarefa seria completa não somente através de textos literários ou científicos, mas a partir de uma gama variada de textos, que deveriam veicular todo

¹⁰ *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7

¹¹ *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7

¹² *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7.

tipo de informação: “(...) *O Recreador Mineiro* convence-se da necessidade de seus passos, não só pelo domínio da literatura, como também pelas regiões do jocoseiro e da hilaridade.”¹³

Decerto, os redatores tinham consciência de que os conteúdos e valores presentes nos textos não eram absorvidos de forma homogênea por todos os leitores, pois tinham a convicção de que o ato de ler é autônomo e que os textos permitem variadas apropriações. Pode-se, então, pensar nesse periódico como um espaço que se reconhecia aberto a múltiplas leituras e apropriações, como se lê no trecho a seguir: “Os RR. [redatores] acreditam com fé explícita que uma parte dos leitores lê na letra do escritor; a outra lê no seu espírito.”¹⁴

O que se observa nessa passagem é uma relativização do ato de ler, ao considerar-se que os leitores podem tanto absorver o significado intrínseco dos textos de forma “eficaz”, como se a leitura desencadeasse um efeito automático produzido pela própria estratégia de escrita específica da obra, assim como incitar uma prática criativa não redutível às intenções dos autores e dos textos.

De fato, os redatores determinam a possibilidade de uma leitura livre desses textos, porém, o que se realizou ao longo das edições daquele periódico foi, na verdade, um

¹³ *Ibidem*. Tomo I. nº. 1, 01/01/1845. p.7.

¹⁴ *Ibidem*. Tomo VII. nº. 84, 15/06/1848. p.1157.

conjunto de estratégias para produzir uma leitura ortodoxa e autorizada do texto. Portanto, não se desconsiderou a liberdade dos leitores, mas procurou-se inculcar os valores do grupo social em questão através dos textos, o que não deixou de ser um ato doutrinador.

Coube ao grupo liberal mineiro, derrotado na Revolução Liberal de 1842, comungar de algumas idéias particulares ao grupo conservador – o qual depositou nas mãos do Imperador o monopólio político – para não se ver completamente alijado do jogo político imperial. Assim, a idéia de nação que os liberais mineiros procuraram transmitir apresentava, ao mesmo tempo, uma identificação muito grande com o Imperador, a Monarquia e suas instituições, numa demonstração de aceitação e de fidelidade a essa instituição. Porém, não deixavam de expressar seu ponto de vista afinado com a perspectiva liberal e, de certa forma, crítico em relação ao sistema com o qual compactuavam.

Em relação a alguns aspectos da ilustração adotadas no *Recreador*, pode-se apontar a importância dada à difusão de conhecimentos à população para que ela possa, de posse do uso da razão, se posicionar criticamente perante a sociedade. Para tanto, a organização do periódico em questão aproxima-se daquela estabelecida por D'Alembert na *Enciclopédia*. No discurso preliminar dessa obra, D'Alembert determina o conhecimento como um atributo dos sentidos e que seu grande orientador é a razão, a qual combina as

informações dos sentidos trabalhando com as faculdades irmãs: memória e imaginação.¹⁵ O *Recreador* também foi dividido de acordo com esse princípio, em três seções que orientaram todo o seu percurso: Memória/História, Razão/Filosofia e Imaginação/Poesia.

A questão do ensino, sua importância e suas demandas são apresentadas em destaque em artigos como *Instrução Popular*.¹⁶ Nesse texto, defende-se a difusão do conhecimento e da educação, tomando tais elementos como bens inalienáveis à sociedade: “Uma explicação muito simples basta para demonstrar a necessidade e a utilidade da instrução popular, e para combater vitoriosamente, e reduzir ao silêncio os amigos e defensores da ignorância do povo.”¹⁷ O texto segue, indicando o valor do homem como um ser moral e, por isso, dotado de inteligência, afirmando também que seus deveres nascem e morrem junto com sua inteligência. A razão é colocada como instrumento de auto-controle; diz-se que se o homem a perder, seus deveres cessam ou ficam suspensos e só são recobrados quando recuperados o juízo e a inteligência. Ademais: “Para que o homem, porém, conheça e possa cumprir seus deveres, requer-se um certo grau de cultura em suas faculdades.”¹⁸

¹⁵ DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: história da publicação da “Enciclopédia”, 1755-1880. Tradução de Laura Teixeira Motta, Márcia Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.18.

¹⁶ **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.

¹⁷ *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.

¹⁸ *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17

Sem isso, não se pode considerar o homem capaz de cumprir seus deveres, educar seus filhos, dar conselhos à sua família nem prestar bons serviços à sociedade. Os redatores afirmam que comete um erro, ou melhor, um crime, aquele que se opõe a essa lida, reafirmando a importância da educação como fator de melhoria social, e que o melhor caminho para a sociedade é justamente: "(...) trabalhar incessantemente na instrução de todos os homens, sem exceção alguma, derramar a luz dos conhecimentos úteis, de maneira que a sua benéfica influência chegue a todas as classes da sociedade."¹⁹

Esse texto é riquíssimo, pois contém alguns princípios mais à ilustração, além de considerar a difusão do saber a todas as camadas da sociedade como um instrumento de reivindicação da liberdade. Porém, dentro dessas proposições, existem ressalvas colocadas pelos redatores que devem ser levadas em consideração, cabendo aqui questionar até que ponto essa liberdade advinda da instrução é estimulada e de que tipo ela é. Esse ponto começa a ser definido na passagem:

Mas não nos enganemos, confundindo a idéias que estas palavras exprimem. Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para o exercício da lavoura, para as artes fabris, para os vários misteres da sociedade, 'saibam ler', não

¹⁹ *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.

queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisto a vida, para virem a ser grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos. Cumpre ter idéias mais justas da instrução que recebemos, e dos resultados que dela pretendemos obter.²⁰

A liberdade proposta está inserida num campo limitado de possibilidades. A instrução promulgada por esse texto serve apenas para estabelecer um instrumental intelectual nos indivíduos instruídos, de forma que cada um possa empregá-la com maior proveito para si e para a sociedade. Portanto, a instrução é encarada como um fator de desenvolvimento moral dentro de limites pré-estabelecidos e que cada indivíduo deve adquirir-lo e empregá-lo apenas dentro do seu lugar na hierarquia social. A intenção dos redatores é fazer com que o gosto pelo conhecimento redunde no seu bom emprego, de acordo com a área de atuação do homem, e que o vício e a ociosidade desapareçam por completo. Os redatores salientavam, que:

Ultimamente, se alguns destes meninos pobres saírem das escolas com uma grande e bem determinada propensão para os livros e para os estudos, o que, certamente, se não verificará na maior parte, nem por isso a Sociedade perderá. Muitos homens se tem colocado por este modo em

²⁰ *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.

uma ordem superior à sua primeira condição, e tem feito relevantes serviços às ciências, às artes, aos estados e à humanidade. Quanto mais que há livros cuja leitura é sempre boa e útil, e talvez necessária em qualquer situação ou estado do homem. Os meninos que freqüentam as escolas, aprendendo bem o seu catecismo, dão o primeiro passo para o amor da religião: depois de grandes lerão com gosto as obras elementares e populares que tratam de seu ofícios, artes e misteres. O hábito desta leitura influi pouco a pouco nos costumes, e é hum dos meios de evitar os vícios, que acompanham a ociosidade. Tais são os resultados da primeira instrução.²¹

Portanto, apesar de incentivarem a difusão do ensino para todas as camadas sociais, os redatores não tomam a educação como elemento primordial para acarretar mudanças sociais. Os redatores dizem que a educação, na verdade, não visa a esse fim e esse medo seria vencido a partir do momento em que se realizasse um teste no qual fossem criadas escolas nas mais simples aldeias matriculando juntos os filhos dos patrões e dos empregados. O homem rico, possuidor de uma “generosidade mais ilustrada”, ajudaria a construir futuros homens que:

²¹ *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.18

(...) receberão ali princípios religiosos, idéias e máximas morais, regras de bons e virtuosos costumes, todos aprenderão a ler, escrever e contar: todos saberão bem o catecismo, e respeitarão as obrigações religiosas, civis e domésticas: nada os excitará a abandonar, e ainda menos a desprezar o ofício de seus pais; nada concorrerá para alterar essa igualdade, que se deseja conservada: enfim não haverá na aldeia senão uma única diferença, que os seus habitantes serão mais inteligentes, e menos ociosos: que terão mais juízo, e mais probidade: que valerão, conseqüentemente, um pouco mais do que dantes.²²

Verifica-se, portanto, que a apropriação de certos valores ilustrados pelo grupo sócio-político ligado ao *Recreador Mineiro* sofreu variações consideráveis em relação às suas matrizes européias. Aquele grupo incorporou somente aquilo que lhes interessava e representou tais valores da maneira como lhes convinha. De forma análoga, determinados valores caros ao liberalismo político e ao liberalismo econômico também foram apropriados e representados nas páginas do *Recreador* de forma a legitimar o posicionamento político de seu grupo. Mesmo desgostosos em relação aos rumos tomados pela política brasileira após a

²² Ibidem. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.18.

Maioridade, aquele grupo buscou exteriorizar aquilo que apreciava no liberalismo. O ponto de vista dos redatores do *Recreador Mineiro* em relação à questão da propriedade se aproxima da visão liberal clássica, como pode ser observado no artigo *Economia Política Resumida*, publicado logo na primeira edição do periódico:

- 1- O trabalho é uma propriedade.
- 2- O proletário vive dos produtos da sua indústria, assim como o proprietário vive das rendas do seu campo.
- 3- Um sem o outro é um corpo sem alma.
- 4- O proletário e o proprietário são os dois sexos do mundo social.
- 5- Sós, nada podem produzir.
- 6- A sua união faz a sua virtude.
- 7- Privar o proletário do trabalho e do salário, que dele espera, é roubá-lo, assim como se rouba ao proprietário seu trigo, ou sua farinha.
- 8- Não há rico nem pobre. Há duas condições passageiras da vida. Um revés faz um pobre; um olhar faz um rico. O casamento ou a morte muda todas as condições. A igualdade nasce da coragem.²³

Alguns dos princípios liberais estão aqui delineados, como na defesa da propriedade como um bem inalienável e

²³ **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.15.

na afirmação da diferença entre os homens na aquisição de riquezas, concebendo-se tal ordem como necessária e legítima, porque natural. Também divulga-se a idéia de que, através do trabalho, ou dos reveses da vida, o indivíduo pode ascender ou declinar socialmente. Entretanto, o escravo não é mencionado nesse artigo, ou em qualquer outra página do *Recreador*. Quais seriam as possibilidades de um escravo dentro de uma estrutura social defendida acima? Nenhuma, é claro. Para aqueles homens, o escravo era também parte integrante e fundamental de sua propriedade – isso, tanto para liberais quanto para conservadores.²⁴ Pode-se dizer que, de acordo com o texto supracitado, o proprietário de escravos tem o direito de receber os lucros advindos do seu trabalho porque seriam os frutos de uma propriedade que lhe pertence, e isso era fundamental dentro de um sistema econômico tão dependente desse tipo de mão-de-obra, como era o caso da economia brasileira. No caso específico de Minas Gerais, o fato dessa província ter contado com o maior plantel de escravos durante todo o século XIX²⁵, a expropriação dos frutos do trabalho escravo era, sem dúvida, imprescindível do ponto de vista econômico.²⁶

Deve-se lembrar que todas essas informações eram transmitidas dentro da maior e mais diversificada seção do

²⁴ MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCES, 1994. p.141.

²⁵ IGLESIAS, Francisco. **Trajatória Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.179.

²⁶ *Idem. Ibidem*. p.168.

Recreador: a seção Memória/História. Nela foram divulgados um conjunto enorme de informações e referências estrategicamente alocadas de forma a situar o leitor no conjunto moderno das nações, de fazê-lo perceber o lugar do Brasil na história da humanidade, também de se perceber como membro integrante de uma comunidade civilizada e, portanto, filho de uma nação.

Assim como na revista do IHGB, a visão de história veiculada no *Recreador Mineiro* é de uma história clássica, “mestra da vida”. Essa representação dialogou com a visão de história própria do período romântico, a qual deixou de ser puramente descritiva para se tornar interpretativa e formativa. Naquele período, a história passou a constituir-se como o discurso privilegiado para se edificar a civilização. O indivíduo passou a ser visto como o portador de uma identidade, não apenas aquela inerente à sua personalidade, mas do grupo social ao qual fazia parte. É nesse sentido que, no romantismo, a história passou a captar essas individualidades aglutinando-as em grupos, comunidades, nações, civilizações. Dentro desse contexto, começaram a ser formuladas as idéias propulsoras do sentimento de pertencimento e, por conseguinte, dos princípios de nacionalidade.²⁷

Pode-se dizer que, tanto o IHGB quanto o *Recreador Mineiro* interiorizaram a visão de história própria do

²⁷ LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. Razão e Imaginação no Ocidente. São Paulo, Brasiliense. 1984. p.119.

romantismo. O IHGB, por meio de sua proposta de pensar a história do Brasil comprometida com a tarefa de conferir uma identidade à nação brasileira a partir de aspectos, já delineados anteriormente. Já o *Recreador*, traz no artigo *O Romance* a chave para se compreender qual era a sua concepção de história:

Mil vezes o historiador traça a seu jeito os fatos, dá-lhe outra aparência, orna-os de outras molduras; enquanto que o romancista, parecendo entregue todo à imaginação, descreve fielmente os costumes da época, e apresenta em seus quadros as virtudes e os vícios do seu tempo e povo; e deleitando, mais propende à verdade do que a história. A história, com todos os fumos de antiga aristocracia, apenas demora suas vistas soberanas sobre os altos casos, reis, suas vitórias, desastres e política: o romance, menos altivo, democrata moderno, compraz-se com poucas coisas, abraça a multidão, identifica-se com o povo e, modesto segue a índole e caráter nacional.²⁸

Esse trecho é fundamental para se compreender sob qual ponto de vista história e literatura foram consideradas pelos redatores: a história é tomada como narrativa dos fatos do passado, atrelada a valores absolutistas e, por isso,

²⁸ **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº.2, 15/01/1845. p.19.

descreve somente aquilo que diz respeito aos “grandes homens” e seus feitos. A história é tida, então, como incompleta, justamente por não cumprir o papel social que lhe cabe que é ensinar através de exemplos. O romance, por sua vez, assemelha-se à história pelo fato de ser também uma narrativa. No entanto, possui uma abrangência temática maior e engloba aspectos que envolvem os mais diversos grupos da sociedade e, por isso, é merecedor de maiores méritos. Assim como a história, o romance passa a pertencer à categoria pragmática de “mestre da vida”:

(...) o observador que atente com cuidado os romances dos diversos povos e idades tirará muitas vantagens para o conhecimento dos costumes e alcançará o fio que lhe servirá de guia no intrincado labirinto do coração humano. Outra vantagem também vê-se no romance, e é o desenvolvimento progressivo dos conhecimentos seguidos e aumentados na sua história; por isso que cada um romance, sendo o representante das idéias que dominam o país, e trazendo o cunho do século que foi composto, descobrirá destarte qual a marcha que em sua viagem tem feito certas crenças, quais os países em que foram adotadas ou repelidas e quais aqueles enfim em que ficaram naturalizadas.²⁹

²⁹ *Ibidem*. Tomo I. nº.2, 15/01/1845. p.20.

Mas, no artigo supracitado não fica explícito que tipo de romance é levado em consideração. Os romances em questão, reproduzidos sob a forma de folhetins nas páginas do *Recreador Mineiro* são, na verdade, romances que se aproximam daquilo que Sandra Guardini T. Vasconcelos denomina “romance moderno”³⁰, surgido na Europa no século XVIII.³¹ O que diferencia esses romances dos outros estilos literários anteriores, porém semelhantes, é o que essa autora, baseada na tese de Ian Watt³², denomina como “realismo formal”. Segundo ela, realismo formal é:

(...) uma convenção que não significa que o relato da vida humana apresentado pelo romance seja mais verdadeiro do que aqueles apresentados através das diferentes convenções dos outros gêneros literários. Trata-se, nesse caso, de um conjunto de técnicas narrativas que buscavam produzir um relato autêntico das experiências reais dos indivíduos, de um modo de apresentação que

³⁰ VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance inglês**: ensaios teóricos. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. Tese [Livre-Docência].

³¹ Os folhetins publicados no *Recreador Mineiro* são, na sua maioria, de referência estrangeira. Suas páginas relatam as facetas do dia-dia, porém, não revelam o olhar paisagístico, a descrição de tipos exóticos ou lista espécimes da fauna e flora brasileira, tampouco a descrição pitoresca de ambientes e costumes de tempos remotos, sejam eles de qualquer lugar. Nenhum romancista brasileiro assina-os, sequer a autoria é identificada. De modo geral, a referência é francesa ou inglesa, os episódios transcorrem em países diversos.

³² WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Texto de 1957.

se apoiava no repúdio a enredos oriundos da tradição, na busca de uma linguagem mais referencial, e portanto mais próxima do cotidiano, na particularização das personagens e do espaço, na temporalidade, e no princípio da casualidade como motor do enredo.³³

Portanto, o “realismo formal” não se resume a uma reprodução artística da realidade como imitação da natureza ou busca do “semelhante”. A sua tendência é captar o típico, o característico do movimento social; é apreender a totalidade num destino individual e representá-los sob a forma artística. É na homologia entre a forma literária e o processo social que reside a força do argumento de Watt.³⁴

Diante desse último indício, Sandra Vasconcelos embasa sua tese, afirmando que não é apenas o realismo formal a peça chave do romance. Segundo ela, além da rejeição aos enredos tradicionais, do individualismo e subjetividade, da coerência e unidade de concepção, da credibilidade e da probabilidade etc., os romances modernos também revelam a presença do surpreendente, do proibido, do bizarro, do inexplicado – elementos tão presentes, por exemplo, nos romances góticos³⁵ – que também pertencem à

³³ VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *Op. cit.* p.14.

³⁴ *Idem.* Ibidem.

³⁵ No século XVIII, o romance gótico está ligado a tudo o que é produzido pela imaginação desordenada, o inacreditável. Além disso, outro aspecto desse tipo de literatura é a “mística” estranha, terrificante e sobrenatural aceita pelo público burguês consumidor de literatura. CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GISNBURG, J. (org.). **O Romantismo**. São Paulo:

ordem da experiência humana.³⁶ Essa autora questiona, portanto, a caracterização do romance pura e simplesmente a partir do realismo formal, afirmando que o mesmo é insuficiente para dar conta da multiplicidade de caminhos percorridos pelos romancistas do século XVIII. Em sua tese, Vasconcelos não busca caracterizar o romance a partir de elementos como a probabilidade, conduta moral, plausibilidade etc. mas, efetivamente, no espectro inteiro da experiência humana como sua matéria, e associando-o aos aspectos concretos entre a ascensão da burguesia e suas representações a partir da literatura.³⁷

No *Recreador Mineiro* muitos dos elementos encontrados em seus folhetins estão vinculados aos valores burgueses, e foi exatamente nesse sentido que durante o século XVIII, diante dos preceitos iluministas, o romance foi apropriado como um instrumento de valor pedagógico, passando a adquirir prestígio social.³⁸ Dentre as premissas liberais burguesas mais constantes nesses folhetins estão: o casamento e a família, a moral cristã, a negação dos princípios aristocráticos ou do *Ancien Régime*.

Ed. Perspectiva, 1978. p.161. No *Recreador Mineiro* existem folhetins que evidenciam aspectos góticos. São eles: *O Padre Laurêncio* (*O Recreador Mineiro*, pp.179/185 e pp. 202/208), *Lúcifer* (*O Recreador Mineiro*, p. 308), *Uma alma do outro mundo* (*O Recreador Mineiro*, p.424), *Terror Pânico* (*O Recreador Mineiro*, p.469), *O noivo defunto* (*O Recreador Mineiro*, p.789 e 809), *O Palácio do Diabo* (*O Recreador Mineiro*, p.833 e 849).

³⁶ VASCONCELOS, Sandra G. Teixeira. *Op. cit.* p.22.

³⁷ *Idem. Ibidem.* p.24.

³⁸ *Idem. Ibidem.* p.10.

Em quase todas as edições do *Recreador Mineiro* existem folhetins que exemplificam muito bem a forma como alguns desses valores são apresentados. Esses textos exprimem como a mulher e os indivíduos de uma maneira geral, devem se comportar, apresentado normas de conduta e de princípios éticos, por meio dos quais os preceitos morais cristãos, de valorização da família – elemento primordial da sociedade burguesa – e de convivência harmônica, são postulados como legítimos, portanto, dignos de serem seguidos.

Aliás, a mulher é um dos personagens mais elementares no *Recreador Mineiro*. Ela transparece, na maioria das vezes, representada exatamente dentro dos moldes de uma nova ordem social advinda com a ascensão da burguesia. Nas palavras de Sandra Vasconcelos: “Na nova ordem burguesa, portanto, passamos a ter uma especialização de funções e uma nova divisão de tarefas: aos homens cabe trabalhar e sustentar a casa e às mulheres, a administração do mundo doméstico”.³⁹ Dessa maneira, a representação das mulheres, a qual se dá nas mais diversas seções daquele periódico, incita à idéia de que a elas cabia apenas o casamento como uma das poucas ocupações legítimas à sua disposição. Tais “romances-folhetins” dão ênfase à exemplificação de mulheres ocupadas com a família, com a criação dos filhos ou, pelo menos, aquilo com que

³⁹ *Idem, Ibidem.* p.93.

deveriam se preocupar, ou seja: o mundo da casa e da família. Já para os homens, o mundo do trabalho, da política e do poder.⁴⁰

São várias as formas como esses valores são disseminados nos folhetins publicados pelo *Recreador*. Colocados numa perspectiva pedagógica, esses “romances” contribuíram para forjar a imagem de uma mulher virtuosa, de cujo decoro dependia toda sua vida e futuro.⁴¹ Dessa maneira, pode-se dizer que aqueles “romances” podem ter tido um papel crucial na construção do gênero no Brasil daquele período, articulando e propagando noções de domesticidade, remetendo os leitores à idéia de que às mulheres cabia apenas a esfera privada, de que elas eram seres biologicamente inferiores, socialmente subordinadas e portadoras de qualidades naturais que as tornavam mais afeitas ao mundo da casa, enquanto ratificavam a noção do homem como um ser público.⁴² Aliás, de acordo com Antônio Cândido, é a função pedagógica um dos pontos-chaves do romance, que se soma à função de divertir e edificar os leitores⁴³ e essa proposta se confunde com os objetivos do próprio *Recreador Mineiro*.

Esses romances, ou folhetins, também encontram-se na seção Memória/História, seção que abarca a mais variada

⁴⁰ *Idem, Ibidem*. p.95.

⁴¹ *Idem. Ibidem*. p.96.

⁴² *Idem. Ibidem*. p.97.

⁴³ CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p.79.

gama de assuntos. Suas subdivisões englobam temas que vão desde a literatura, passando pela agricultura, trigonometria, geografia, indo até as anedotas. “Tudo” é história nas páginas do *Recreador*. Observa-se que a história é tomada como o espaço privilegiado para a irradiação do conhecimento e, “pensar historicamente” é também uma das principais posturas assumidas pelos homens do século XIX.⁴⁴ O seu laço cultural com a história se mostra, portanto, mais forte do que com o próprio romance. Ou seja: na concepção dos redatores do periódico, o romance, de fato, consegue captar o típico, revelar as especificidades dos homens em seu cotidiano para ensinar através de exemplos mais próximos da realidade, além de ser uma leitura mais deleitável. Porém, como a consciência histórica é aquela que conduz os homens na modernidade, eles invariavelmente atrelam seu discurso à história.

Já os artigos do *Recreador* auto-denominados “históricos”, no sentido lato da palavra, fazem o caminho que, num primeiro momento, parece ser o inverso daquilo que coube à história naquele período. Muitos dos relatos históricos tratam de assuntos que narram fatos da vida cotidiana, de camadas populares, dos costumes de outros povos. A escrita aparece nos textos acrescida de um certo tom ficcional de forma a romantizar os eventos. Nessas matérias, os acontecimentos históricos sofrem uma transformação

⁴⁴ LIMA, Luís Costa. *Op. cit.* p.99.

estilística de forma a aproximá-los das narrativas ficcionais dos romances, reabilitando-as como formas válidas de representação do passado. Verifica-se essa aproximação em artigos como, *Coragem de uma mulher*⁴⁵:

Um homem do condado de Clare havia metido a justiça sobre a pista de um malfeitor, e servido contra este de testemunha no tribunal que o condenou; e posto que bem soubesse achar-se votado á vingança dos amigos e sócios do condenado, não pôde resistir ao desejo de voltar ao seu país para abraçar sua mulher e seu filho. Poucos dias depois da sua volta foi a sua casa atacada durante a noite, a porta arrombada, e o infeliz assassinado a golpes e enforcado. Esta obra de sangue passou-se a vista de sua mulher. Enquanto seu marido lutava com a morte, ela toma seu filho, criança de 9 anos, e tendo-o escondido a um canto da chaminé, detrás de uns feixes de lenha, lhe diz (...): – Tu bem ouves os gritos de teu pai moribundo. Sem dúvida eu serei assassinada como ele; (...) porém, eu terei o cuidado de os puxar para aqui, e de lhes resistir o mais possível, para que tu tenhas tempo de ver bem as caras dos assassinos. (...) Examina-as com toda a tua atenção para que as possas reconhecer bem em

⁴⁵ **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº.9, 01/05/1845. p.142.

qualquer parte que os vires, para os denunciares à justiça, e vingar assim a morte de teus pais.⁴⁶

Enquanto o romance se compromete com a realidade histórica, inversamente, a história exhibe seu talento descritivo, em certos casos ela, em vez de relatar cronologicamente, indaga os motivos e dispõe os acontecimentos em uma ordem interna. Já os folhetins são apresentados como relatos autênticos das experiências reais de indivíduos. Através da utilização de uma linguagem mais referencial e, portanto, mais próxima do cotidiano, têm-se a particularização dos personagens e do espaço; a organização da trama geralmente passa pelas ações das personagens através do tempo. Ou seja, no Recreador Mineiro o folhetim “historiciza-se” e se faz um instrumento elementar para a sociedade. De acordo com os redatores, esses seriam benefícios que o romance traz à sociedade:

(...) este interessante gênero de produção, vinculado à nobreza, e utilidade do assunto, é empregado para inspirar com a jucundidade do amor e dos bons costumes, e incutir a virtude por meio de quadros simples, naturais, e engenhosos da vida humana. (...) O romance é a última instrução que resta a prescrever-se a um povo, quando por nimiamente corrupto se torna inacessível a outro qualquer

⁴⁶ *Ibidem*. Tomo I. nº.9, 01/05/1845. p. 142.

gênero de lições morais. Encerra pois esta classe de composição tão grandes modelos de constância, e virtude; tão heróicos exemplos de ternura, e desinteresse; tão justos e perfeitos caracteres, que o seu espírito, refletidamente compreendido sem a fantasmagoria literal, moraliza o coração humano com o quadro de sentimentos, que lhe perscruta, ou as emoções que lhe excita.⁴⁷

Portanto, no *Recreador*, o romance é tomado como o gênero capaz das mais altas realizações porque possibilita a sedimentação formal de uma experiência sócio-histórica através da arte. Assim, torna-se um instrumento fundamental na educação não só dos leitores, mas da sociedade como um todo. Os diversos tipos de textos contidos na seção Memória/História, acima de seu objeto particular, quais sejam, os folhetins, a investigação histórica, antropológica ou geográfica, procuram fornecer uma imagem verbal da “realidade”, propondo aos leitores um patrimônio de referências culturais que ajudariam esses indivíduos a se situar em relação a si próprios e em relação aos outros povos, possibilitando, portanto, a construção de uma identidade através da alteridade.

Outro aspecto marcante no *Recreador Mineiro* é a importância dada àquilo que é estrangeiro. Muitas das matérias publicadas na seção Memória/História são

⁴⁷ *Ibidem*. Tomo VII. nº.84, 15/06/1848. p.1158.

descrições de viajantes naturalistas estrangeiros sobre o Brasil e sobre Minas. Para o Brasil da época, nada mais importante para a construção do nacionalismo romântico do que, por exemplo, um relato de um estrangeiro exaltando os valores do país, como fez o francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua primeira viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais.⁴⁸ Uma matéria muito ilustrativa, que mostra a importância dada pelos redatores aos estudos feitos por aquele naturalista foi publicada em 1º de Agosto de 1845, intitulada, *As Viagens de Mr. Augusto de St. Hilaire pelo Brasil*. O conteúdo desta matéria faz menção, principalmente, a algumas características de sua obra, validando-a como depositária de “uma realidade inerente ao Brasil”. No desfecho do texto, afirma-se que os escritos de Saint-Hilaire contribuem para o esclarecimento e conscientização daqueles “(...) cuja existência se conserva uma lacuna, que desejaríamos ver preenchida.”⁴⁹

O texto mais interessante publicado a partir das descrições de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais é, sem dúvida, Minas Gerais: causas de sua decadência.⁵⁰ O que chama mais atenção é a forma como Saint-Hilaire critica os métodos pelos quais os portugueses colonizaram o Brasil. De acordo com ele, a decadência da província mineira adveio, sobretudo, da má administração dos portugueses e da forma

⁴⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

⁴⁹ **O Recreador Mineiro**. Tomo II. nº. 15, 01/08/1845. p.226.

⁵⁰ *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. pp.276-279.

errônea que os mesmos exploraram os metais preciosos e a terra, métodos que se perpetuaram entre os habitantes dessa província e que ele considerava profundamente maléficos. Dentre as causas que levaram Minas Gerais à decadência, Saint-Hilaire se detém no que ele chama de “A maneira errônea que os mineiros tem sempre considerado o produto de seu trabalho.”⁵¹ O principal erro dos portugueses e mineiros foi, segundo Hilaire, considerar o ouro como uma renda e não como um capital, pois o capital, conseguido pelos exploradores do ouro, não foi investido de forma rentável e independente do sistema minerador, mas sim gasto na simples reprodução daquele sistema, comprando escravos e animais, sem que se importasse com o futuro dos habitantes da província, seus filhos: “Os pais foram opulentos, seus filhos, porém, ficaram pobres.”⁵²

Entretanto, a parte que mais se destaca no texto revela uma crítica ao elemento português, bem como ao seu modelo de colonização:

Os homens, que assim dispunham a seu prazer de um território imenso, não tinham necessidade alguma de providenciar sobre a porção de terreno em que acabavam de colher alguns frutos. Por outra parte, eram mui raro, que passando à América, tivessem a intenção de se estabelecer

⁵¹ *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. p.276.

⁵² *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. p.276.

neste país sem voltar jamais à sua pátria; eles só desejavam acumular riquezas, para orientá-las depois aos olhos de seus compatriotas; e apenas na sua existência contavam o tempo, que iam passando longe de seu país. Mas, durante este intervalo, era necessário viver, sem dúvida; e então o expediente, que seguiram em seus costumes, foi aquele que melhor convinha à vida errante, que haviam adotado semelhante ao das povoações as mais bárbaras. A morte, as enfermidades, e uma multidão de circunstâncias frustraram muitas vezes os cálculos destes homens aventureiros: seus filhos não podiam tornar-se saudosos das margens do Tejo, nem dos delicados frutos do Douro; fatigados de ouvir preconizar continuamente um país que não conheciam, ficaram naquele em que haviam nascido, e o Brasil tornou-se então povoado; porém, já se havia contraído o hábito dos costumes defeituosos dos primeiros habitantes que se perpetuaram até os nossos dias.⁵³

Essa passagem é bem significativa porque está atrelada à postura política do grupo ligado ao Recreador, justamente porque revela uma negação das práticas políticas e econômicas oriundas de uma tradição portuguesa, adotada no Brasil Colônia. Assim sendo, apropriar-se das palavras de

⁵³ *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. p.277.

Saint-Hilaire, para contestar o modelo político-econômico empregado no Brasil anteriormente, configura adotar uma postura contrária à manutenção de certas práticas políticas e econômicas que se perpetuaram no país, bem como negar o ranço do atraso que a herança portuguesa nos legou.

Aliás, a referência estrangeira é dada em praticamente tudo o que se refere aos princípios de civilidade cultivados na Europa. Na concepção dos redatores, a construção da nação brasileira nos moldes da civilidade era uma tarefa ainda a ser cumprida, contudo, essa nação trazia consigo uma forte marca excludente, pois quem não era “letrado” não poderia participar de seus benefícios. Justamente os grupos sociais menos favorecidos seriam os excluídos: os homens livres pobres, os negros – que sequer são citados – e os índios, sempre vistos como um povo “atrasado” e incapaz de incorporar traços da cultura ocidental.

No *Recreador*, o ponto de vista do estrangeiro era valorizado, porém, isso não era uma unanimidade. O artigo *O Estrangeirismo*⁵⁴ – correspondência publicada a pedido de um leitor –, ilustra a forte aceitação dos textos estrangeiros pelo público, sobretudo de escritores franceses, em detrimento daquilo que é nacional:

Ordinariamente e em toda parte gostamos mais do que é estrangeiro, do que é nacional. Ainda que um juízo sólido e amigo das realidades, nos mostre

⁵⁴ *Ibidem*. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.365.

uma coisa que é nossa, lá vem a imaginação frívola do homem, e por circunstancias que nada influem essencialmente na coisa, faz-nos achar melhor o que não é nosso.⁵⁵

Esse desprezo, diz o artigo, acaba por intimidar os escritores nativos: “(...) não quer o poeta honrar com sua pena as belezas de nosso solo, narrar os nossos costumes, e reduzir a fatos nossa moral, nossos prejuízos e nossas preocupações, para a emenda de nossos erros e mais fins de importância.”⁵⁶

Tamanho desperdício de talentos influiria negativamente na produção literária nacional e diminuiria as possibilidades de apreensão do conhecimento por parte do público. No desfecho do texto, a literatura nacional e a estrangeira são apresentadas como bens a serem valorizados. “Podemos e devemos admirar o que for bom do estrangeiro, para o imitarmos, e nem por isso ficamos comprometidos a tratar com desprezo o que é nosso quando mesmo inferior.”⁵⁷

Esse alerta para uma “nacionalização da literatura brasileira” revela a identificação de um problema que nossa literatura enfrentou naquele momento. Entretanto, por outro lado, vislumbra a construção de uma identidade, garantida através de nossas peculiaridades, através da diferença, por

⁵⁵ *Ibidem*. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.365.

⁵⁶ *Ibidem*. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.366.

⁵⁷ *Ibidem*. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.366.

meio do abandono de uma literatura servil e submissa aos cânones estrangeiros. Assim sendo, estaria garantido o atestado de nação, estaríamos incluídos no rol de territórios civilizados e progressistas, “(...) o mesmo onde imperava um regime político reconhecido internacionalmente e era dominado por uma elite ilustrada, de preferência alinhado à classe burguesa que dominava a Europa pós-revolucionária do século XIX.”⁵⁸

Por fim, pode-se dizer que tanto no *Recreador Mineiro* quanto na revista do IHGB a história seguiu sua pragmática e clássica designação de “mestra da vida”, constituindo-se, portanto, como meio privilegiado para se alcançar os objetivos propostos: a história, através de seus exemplos, ensinava e, simultaneamente formava a nação brasileira. Porém, a perspectiva tomada pelo grupo ligado ao IHGB alicerçou-se no discurso da continuidade da obra “civilizatória” iniciada pelos portugueses, ou seja, na idéia de que a nação brasileira deveria ser encarada como um processo sem rupturas com o passado colonial. Já no caso do grupo ligado ao *Recreador Mineiro*, essa herança lusa foi tomada como um fator a ser superado, dado ao atraso legado ao Brasil no conjunto das nações civilizadas através de suas práticas políticas e econômicas atreladas aos valores do Antigo Regime. Para estes, novas referências deveriam ser buscadas, com

⁵⁸ ZILBERMAN, Regina. **História da Literatura e identidade nacional**. In: JOBIM, José Luis. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ. [s.d.]

destaque para determinados princípios e valores caros à ilustração e ao liberalismo. Para tanto, no periódico mineiro, a história sofreu uma reformulação conceptual que a tornou mais abrangente e próxima da literatura. Mais do que isso, o romance foi concebido como o único suporte capaz de alargar as fronteiras até então estabelecidas pela história. O *Recreador* incorporou-o como objeto fundamental para a construção da nacionalidade. Apegada a certos valores iluministas, a história (e também o romance) foi ainda considerada um espaço de experiências capaz de fornecer a sabedoria a todos que dela se aproximassem. De uma forma geral, toda a gama de informações e influências estrangeiras foi suscetível a uma filtragem, desde que se mostrasse conveniente aos princípios político-filosóficos do periódico – assim como foi no IHGB – e pudessem contribuir para a formação de um público leitor mais esclarecido, o qual deveria não apenas adquirir o hábito da leitura mas, sobretudo, a capacidade de interiorizá-la.

FONTE

O Recreador Mineiro. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza: 1845-1848. Tomos I a VII. Arquivos do Centro de Estudos Literários Luso-Brasileiros. ICHS/UFOP. (Microfilmes)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GISNBURG, J. (org.). **O Romantismo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: história da publicação da “Enciclopédia”, 1755-1880. Tradução de Laura Teixeira Motta, Márcia Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos, **Estudos Históricos**. n.1, 1988. p. 5-27.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2, 1956, Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1956.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. Razão e Imaginação no Ocidente. São Paulo, Brasiliense. 1984.

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCES, 1994.

PAIM, Antônio. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Campinas: UNICAMP, 1997. 2.vol. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance inglês: ensaios teóricos**. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. Tese [Livre-Docência].

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ZILBERMAN, Regina. **História da Literatura e identidade nacional**. In: JOBIM, José Luis. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ. [s.d.].